



INTERNACIONAL

Ano I Nº 355
21 de Janeiro de 2010

Mobilização contra “o retorno dos neoliberais”	01
Centrais decidem se unir contra Serra	01
Trabalhadores denunciam intransigência da Vale	03
Protesto contra fechamento da GM na Bélgica	03
Vale sofre desgaste em divisão canadense	04
Protecionismo 'salva' 542.370 empregos na Argentina	05
Contra a ocupação militar do Haiti	06

Mobilização contra “o retorno dos neoliberais”

O comando nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), reunido ontem em São Paulo, anunciou que mobilizará os trabalhadores para que derrotem a “direita” e impeçam que o PSDB, considerado neoliberal, volte ao poder.



Os dirigentes da CUT concluíram que o atual momento político aponta para a necessidade de “fortalecer a organização sindical cutista, ampliar a solidariedade de classe, aprofundar as conquistas e mobilizar os trabalhadores e a sociedade na disputa de projeto para derrotar a direita nas eleições de 2010 e impedir o retorno dos neoliberais”.

Os líderes da entidade decidiram atribuir caráter prioritário também à defesa da Comissão da Verdade, proposta pelo governo no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, para garantir que se faça justiça aos lutadores sociais vítimas da ditadura militar.

“A reação da direita ao Programa Nacional de Direitos Humanos é uma pequena amostra da disputa acirrada que teremos em 2010. Temos muitos desafios pela frente para garantir avanços e impedir retrocessos”, declarou o presidente nacional da CUT, Artur Henrique.

Centrais decidem se unir contra Serra

Os líderes das seis maiores centrais sindicais do país, reunidos ontem na sede nacional da CUT, decidiram realizar em São Paulo uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em 1º de junho, com o objetivo de integrar o movimento sindical às candidaturas “das forças democráticas e populares” às eleições de outubro. A ideia é fazer oposição organizada ao candidato do PSDB e do DEM, José Serra. Segundo as centrais, os sindicatos são independentes, mas têm “lado”: a defesa de um projeto de desenvolvimento que valorize o trabalho e a distribuição de renda.

De acordo com o presidente da CUT, Artur Henrique, “a Conferência será o momento de apontarmos coletivamente um conjunto de diretrizes, com a visão da classe trabalhadora que as centrais vão debater em todos os estados”. Uma vez aprovada, explicou, a pauta “será um instrumento de mobilização e ação sindical” que contribuirá no processo eleitoral.

“A direita nunca abriu espaços para os trabalhadores incidirem. Pelo contrário, sabemos o que representa: privatização, desmonte do Estado, arrocho salarial, precarização das relações de trabalho e desemprego”, sublinhou o líder da CUT.

>>> Mobilização contra “o retorno dos neoliberais”

De acordo com o presidente da CUT, Artur Henrique, “a Conferência será o momento de apontarmos coletivamente um conjunto de diretrizes, com a visão da classe trabalhadora que as centrais vão debater em todos os estados”. Uma vez aprovada, explicou, a pauta “será um instrumento de mobilização e ação sindical” que contribuirá no processo eleitoral.

“A direita nunca abriu espaços para os trabalhadores incidirem. Pelo contrário, sabemos o que representa: privatização, desmonte do Estado, arrocho salarial, precarização das relações de trabalho e desemprego”, sublinhou o líder da CUT.

Artur Henrique destacou que, em ano eleitoral, cresce a responsabilidade das lideranças para somar experiência e consciência e potencializar o protagonismo do sindicalismo ampliando a pressão sobre o Congresso Nacional, o empresariado e governos, pela aprovação de projetos que contemplem avanços sociais, como o da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário.

“Nossa orientação para as categorias que estão em campanha salarial, como os metalúrgicos, químicos e comerciários, é que joguem peso nas mobilizações e nas greves, tendo em vista que todos os setores estão falando em crescimento econômico em 2010. Este é um fator positivo e um momento excelente para avançar na redução da jornada”, declarou o presidente da CUT.

Artur também recordou que a pauta da Marcha da Classe Trabalhadora de 2009 é mais do que atual, particularmente a defesa das convenções da Organização Internacional do Trabalho que tratam do direito à negociação coletiva no serviço público e do fim da demissão imotivada. Além disso, acrescentou, “temos a questão da mudança dos Índices de Propriedade da Terra, a Proposta de Emenda Constitucional sobre o Trabalho Escravo, a aceleração da reforma agrária, o Pré-Sal e o nosso projeto unificado de combate à terceirização que precariza as relações de trabalho”.

Vigília no Congresso

Outra decisão dos dirigentes da CUT, Força Sindical, CGTB, CTB, NCST e UGT é realizar uma vigília no Congresso Nacional, no reinício das atividades legislativas, para pressionar os parlamentares a votar a proposta de redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas.

O presidente da Força Sindical e deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) disse que a ação coordenada das centrais deverá minar as resistências dos setores mais retrógrados do parlamento, porque demonstra um respaldo incontestado da classe à iniciativa.

O secretário geral da Força, João Carlos Gonçalves (Juruna) ressaltou também a luta pela qualidade do emprego e contra a alta rotatividade.

“Precisamos barrar as demissões imotivadas”, afirmou.

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Wagner Gomes, avaliou que a somatória de iniciativas unitárias, que serão desenvolvidas em 2 de fevereiro, 8 de março e 1º de Maio, apontam para uma grande Conferência, “onde vamos dizer qual a candidatura que tem condições de implantar este projeto de nação focado na valorização do trabalho e na distribuição de renda”.

De acordo com o secretário geral da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Carlos Alberto Pereira, “o 1º de junho será histórico, com o conjunto das centrais aprofundando a sua unidade nos estados. Ao elevarmos o protagonismo e a unidade das centrais, vamos ampliar as vitórias da classe trabalhadora, que apontam para o fortalecimento do nosso mercado interno, para a defesa do pré-sal e o fim dos leilões do petróleo, com maiores investimentos na industrialização do país”. (*Brasília Confidencial*, 20 e 21.01.2010)

Greve completa seis meses e

Trabalhadores denunciam intransigência da Vale

O sindicato United Steelworkers (USW), parceiro da CUT no Canadá, registrou uma queixa nessa quarta-feira (14) pela manhã no Conselho de Relações Trabalhistas em Toronto, denunciando a empresa Vale Inco por má fé e contestando a recusa em se envolver em negociações genuínas para encerrar a greve de seis meses por parte de 3.500 trabalhadores canadenses.

O registro coincidirá com o aniversário de seis meses da greve, que será marcado em Sudbury por uma reunião composta por líderes trabalhistas, incluindo Leo Gerard, presidente internacional dos metalúrgicos, Ken Neumann, diretor nacional do USW para o Canadá, Ken Georgetti, presidente do congresso trabalhista canadense, e todos os diretores canadenses do USW.

"A lei de relações trabalhistas de Ontário exige que os empregadores e uniões empreendam todos os esforços razoáveis para chegar a um acordo coletivo", afirmou Brian Shell, advogado do United Steelworkers. "Isso significa, no mínimo, reunir-se com um sindicato comprometido a explorar completamente todas as questões e, juntos, empenhar-se em encontrar um meio aceitável de avançar com as negociações".

"O comportamento da Vale Inco indica que ela não está interessada em nenhuma negociação significativa", afirmou John Fera, presidente do USW Local 6500 em Sudbury. "Ela está usando seu patrimônio massivo para trazer trabalhadores e nossas comunidades canadenses aos seus pés".

"No marco do sexto mês desta disputa trabalhista, é irracional que a Vale Inco continue com sua tática obstrucionista atual", afirmou Wayne Rae, presidente do USW Local 6200 em Port Colborne. "É inaceitável que a Vale rejeite as tradições das relações trabalhistas canadenses em sua tentativa de impor sua vontade em nossas famílias e comunidades trabalhadoras".

"Para qualquer observador mais atento, está claro que a Vale não está buscando um acordo que beneficie tanto trabalhadores e comunidades quanto a empresa", afirmou Shell. "Consequentemente, somos compelidos a buscar meios legais, tais como essa solicitação ao Conselho de Relações Trabalhistas de Ontário, e buscar a intervenção do Conselho para restaurar as negociações significativas e de boa fé".

"O esforço insincero da Vale em tentar retratar o Steelworkers como relutante em negociar tem sido claramente desacreditado", afirmou Ken Neumann, diretor nacional do USW para o Canadá. "A Vale continua a rejeitar nossas solicitações incondicionais de sentar-se à mesa de negociação para negociar".

"Temos deixado bastante claro que queremos voltar a negociar, incondicionalmente. Não estamos estipulando que a empresa deva aceitar quaisquer termos ou condições antes de prosseguirmos com as negociações. Também solicitamos a assistência de um mediador da província para eliminar a dissimulação e ajudar ambos os lados a encontrar soluções".

"A história do Steelworkers demonstra que estamos dispostos e somos capazes de confrontar desafios no local de trabalho e negociar 'mudanças' que sejam boas para a empresa, trabalhadores e a comunidade", declarou Fera. "Chegou a hora da Vale começar a construir um histórico similar".

Protesto contra fechamento da GM na Bélgica

Os sindicatos que representam os trabalhadores na Opel/GM Europa vão realizar neste dia 26 de janeiro um **Dia de Luta** para protestar contra os planos da empresa de fechar a sua fábrica em Antuérpia, Bélgica conforme o anúncio do diretor da Opel Nick Reilly na semana passada. O fechamento da planta de Antuérpia faria parte do plano de reestruturação da GM na Europa que tem operações na Alemanha, Espanha, Polônia e no reino Unido (sob a marca britânica Vauxhall).

Klaus Franz, dirigente do **Conselho dos Trabalhadores** na Alemanha, país onde a montadora tem sua sede europeia, disse que a decisão de fechar a fábrica de Antuérpia "é um problema de todos nós". O **IG Metall**, sindicato dos metalúrgicos alemães, classificou os planos da GM como "uma declaração de guerra contra todos os trabalhadores europeus da Opel".

O fechamento da fábrica com 2.600 trabalhadores é o primeiro passo de uma reestruturação que prevê o corte de 8.400 empregos (numa força de trabalho total de 48 mil) e um corte de 20% na produção.

Vale sofre desgaste em divisão canadense

Após adquirir a Inco em 2006, mineradora brasileira recebe críticas de sindicalistas e enfrenta greve no país.

Em julho de 2009, os 3.300 trabalhadores sindicalizados que trabalham nas profundezas das minas de níquel de Sudbury, controladas pela Vale Inco, fizeram algo de incomum: entraram em greve, mesmo cumprindo licença temporária.

Mesmo pelos padrões de uma cidade mineira com um longo histórico de disputas trabalhistas, os seis meses de paralisação pela ala canadense do United Steelworkers of America são excepcionais, e não apenas por sua duração. Para muitos observadores no Canadá, a greve se tornou um símbolo dos percalços surgidos quando o governo permite que grandes empresas do país caiam sob controle estrangeiro.

Mesmo antes que a brasileira Vale concluísse a aquisição da Inco, em 2006, já havia debate generalizado no Canadá sobre o "esvaziamento" do setor empresarial do país.

A Inco havia tentado criar uma gigante nacional da mineração ao fazer uma oferta pela Falconbridge, empresa rival. Mas o esforço frustrado resultou na tomada do controle da Inco, uma das mais conhecidas empresas do Canadá, por uma companhia brasileira que poucos conheciam e da qual muitos desconfiavam.

"Por mais que brigássemos com a Inco, as pessoas sempre tiveram orgulho de trabalhar na mineração. Agora, esse orgulho parece não existir mais", diz John Fera, presidente da divisão local do sindicato e cuja família trabalha na empresa há três gerações.

Depois de uma série especialmente amarga de greves, a partir de 1985 a Inco adotou uma nova abordagem e abriu sua contabilidade interna ao sindicato, uma decisão que serviu para evitar ao menos uma greve. Também abriu suas contas aos fornecedores.

Porém, não muito tempo da aquisição pela Vale, houve uma mudança, segundo o professor de administração de empresas Jean-Charles Chacon, da Universidade Laurentian, em Sudbury. "Eles retornaram ao que eu chamaria o estilo antiquado. O que significa não contar coisa alguma a pessoa alguma."

Fera disse que o sindicato não só perdeu o diálogo com a empresa como percebeu um recrudescimento das medidas disciplinares contra seus integrantes. Os dois fatores, diz o dirigente, combinaram-se para criar um ambiente tenso quando começaram as negociações do segundo trimestre de 2009.

No começo do ano passado, a Vale Inco anunciou que prolongaria por dois meses adicionais o fechamento de um mês de suas operações de níquel no Canadá, uma decisão que colocou até 5.000 funcionários em licença involuntária.

A empresa alegou estoques excessivos e preços baixos para o níquel no mercado. Na quarta-feira, o sindicato apresentou queixa formal contra a Vale Inco, acusando a empresa de má-fé nas negociações. Os trabalhadores apelaram ao Conselho de Relações Trabalhistas da província de Ontário para pedir a retomada das negociações contratuais, conduzidas por um mediador, e também solicitaram que a empresa reembolse os grevistas.

"A alegação de negociações conduzidas de má-fé é infundada", afirmou Cory McPhee, porta-voz da Vale Inco em Toronto, em mensagem encaminhada por e-mail. Ele acrescentou que a empresa havia procurado o sindicato "em diversas ocasiões para convidá-los a conversar conosco e estudar uma solução. Eles rejeitaram a ideia todas as vezes".

Na opinião do sindicato, as exigências da Vale Inco são responsáveis pelo colapso das negociações. Como alguns outros empregadores canadenses, a companhia deseja mudar seu plano de pensões: em lugar de benefícios garantidos, o modelo dominante em muitas das grandes empresas do país, as contribuições seriam definidas com benefícios variáveis.

Outra proposta é modificar o plano de divisão de lucros vinculado ao preço do níquel. A Vale Inco deseja elevar o valor mínimo de deflagração das bonificações, ideia que o sindicato aceita -ainda que as duas partes discordem quanto à cotação-base-, e também limitar o pagamento máximo, o que o sindicato recusa.

De acordo com o professor Cachon, a greve é muito mais o resultado de um choque de culturas de mineração do que de um confronto de valores entre brasileiros e canadenses.

A atividade com minério de ferro da Vale se baseia em minas a céu aberto operadas por grande número de funcionários de capacitação relativamente baixa. Em minas profundas escavadas na rocha, como a de Sudbury, os mineiros, bem pagos, são em sua maioria técnicos com anos de treinamento e aprendizado. *(Ian Austen, do "New York Times", com tradução de Paulo Migliacci) (Folha de S. Paulo, 17.01.2010)*

Protecionismo 'salva' 542.370 empregos na Argentina

Um relatório do Ministério da Economia da Argentina indicou que mais de meio milhão de postos de trabalho - um total de 542.370 - foram "salvos" pelas medidas protecionistas aplicadas intensamente ao longo de 2009 para impedir as denominadas "invasões" de produtos estrangeiros.

As principais vítimas das licenças não-automáticas do governo da presidente Cristina Kirchner foram os produtos Made in Brazil destinados ao mercado argentino.



Segundo o ministério, outros 21.510 postos de trabalho foram protegidos pela aplicação de medidas antidumping. Desta forma, um total de 563.880 postos de trabalho salvaram-se da concorrência de produtos estrangeiros.

O Ministério da Economia indicou que os setores mais beneficiados pelas medidas protecionistas foram o têxtil, móveis, e bens de capital.

A ofensiva protecionista do governo Kirchner, que também englobou a imposição de autolimitações "voluntárias" de exportações brasileiras para a Argentina, afetou a entrada de calçados, eletrodomésticos, móveis, têxteis, brinquedos, baterias, toalhas, copos de vidro, máquinas de lavar roupa, geladeiras e fogões, entre outros.

Segundo a consultoria Abeceb, além dos efeitos da crise financeira mundial, que fez cair as importações, as restrições do governo da presidente Cristina Kirchner aos produtos Made in Brazil foram um fator de peso para a queda das vendas brasileiras para a Argentina.

A Abeceb indica que o Brasil registrou em 2009 um superávit comercial de US\$ 738 milhões com a Argentina, o que representa 83% a menos de saldo favorável do que em 2008. Foi o menor superávit com o país vizinho nos últimos sete anos.

O Ministério da Economia sustenta que as medidas protecionistas permitiram que alguns setores econômicos argentinos se recuperassem. Um exemplo é o da produção têxtil, que começou o ano com 62,6% de ocupação da sua capacidade instalada, e fechou 2009 com 87% de uso da capacidade. Segundo o ministério, o setor de calçados esportivos também foi estimulado graças às medidas protecionistas. Empresas do setor anunciaram investimentos de US\$ 80 milhões, que geraram 4 mil postos de trabalho no ano passado. *(Ariel Palacios, correspondente em Buenos Aires) (Estado de S. Paulo, 12.01.2010)*

Brasil: Importação de veículos puxa déficit comercial

A importação de automóveis foi um dos itens que pressionaram o déficit da balança comercial na primeira semana de janeiro. A compra de veículos cresceu 116,9% na média diária sobre a registrada em janeiro de 2009, informou o Ministério do Desenvolvimento. O resultado das transações de comércio exterior no período foi deficitário em US\$ 375 milhões, mesmo assim inferior aos US\$ 529 milhões negativos da primeira semana do ano passado.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior do ministério, as importações somaram US\$ 2,901 bilhões, com média diária de US\$ 580,2 milhões, nos cinco primeiros dias úteis. Já as exportações atingiram US\$ 2,526 bilhões, média diária de US\$ 505,2 milhões.

As importações no mês até o dia 10 cresceram 18,2% sobre janeiro de 2009, quando a média diária foi de US\$ 491 milhões. Do lado das vendas ao exterior houve alta de 8,5% na média diária, em relação ao registrado na média diária de janeiro de 2009. As elevações ocorreram nas exportações de produtos das três categorias. Os manufaturados subiram 10,3%; os básicos, 7,4%; e os semimanufaturados registraram avanço de 5,9%. *(Azelma Rodrigues) (Valor Econômico, 12.01.2010)*

Contra a ocupação militar do Haiti

Resolução da Executiva Nacional da CUT sobre o Haiti

A Direção Executiva Nacional da CUT, reunida em São Paulo, no dia 19 de janeiro de 2010, reafirma sua solidariedade, manifestada desde o dia 13 de janeiro, às vítimas do terremoto no Haiti. A CUT decidiu iniciar uma campanha para ajudar na reconstrução do Haiti, dando ênfase ao movimento sindical haitiano com o recolhimento de fundos entre os sindicatos brasileiros para serem remetidos às organizações que a CUT mantém relações no país.

Em contato com dirigentes sindicais haitianos que foram parte da delegação internacional presente no 10º CONCUT (agosto de 2009), a CUT foi informada da verdadeira catástrofe que se abate sobre o povo haitiano.

Muitos sindicalistas perderam a vida, outros tantos tiveram suas casas e locais sindicais destruídos e o compromisso assumido pela nossa central é de ajudar na reconstrução das organizações dos trabalhadores e assistir às suas famílias no Haiti.

“ A CUT, que é a favor da soberania do povo haitiano, observa com inquietação que a tragédia foi respondida pelo governo dos Estados Unidos com uma verdadeira ocupação militar. Já são mais de 13 mil soldados enviados por Washington apetrechados para a guerra, que hoje praticamente controlam todo o país.”

A CUT ressalta que o enorme número de vítimas (fala-se em até 200 mil mortos, e milhões de desabrigados em um país de 8 milhões de habitantes) e a amplitude da destruição que sofreu a região de Porto Príncipe, capital do país, não é uma fatalidade, é o resultado das carências e precárias condições de infra-estrutura e das habitações, em uma situação em que o desemprego atingia mais de 60% dos trabalhadores e os salários são de miséria, enquanto o governo do Haiti pagava mensalmente milhões de dólares de dívida externa.

O fato de não haver hospitais, nem meios de transporte, nem serviços públicos organizados, não é um fenômeno “natural”, é o resultado de uma política aplicada anos a fio sob a disciplina do FMI e em benefício das grandes potências que apoiaram a ditadura Duvalier até 1981 e depois o golpe de Estado que tirou do poder o presidente Aristide em 2004.

A CUT, que é a favor da soberania do povo haitiano, observa com inquietação que a tragédia foi respondida pelo governo dos Estados Unidos com uma verdadeira ocupação militar. Já são mais de 13 mil soldados enviados por Washington apetrechados para a guerra, que hoje praticamente controlam todo o país. Vôos rasantes para despejar suprimentos para uma população faminta, por exemplo, jogam flagelados em conflito, deixando sem nada crianças, velhos e feridos que não podem disputar os “pacotes humanitários”.

O que o Haiti precisa é de médicos, enfermeiros, engenheiros e não de tropas de ocupação, seja dos EUA, seja da ONU.

A CUT toma posição pela anulação imediata da dívida externa do Haiti pelos países credores e pela devolução total da indenização paga à França pelo Haiti quando da sua emancipação; pela abertura de fronteiras dos países aos quais os cidadãos haitianos queiram chegar; pela solidariedade e ajuda material com respeito à dignidade do povo irmão do Haiti; retirada de condicionantes para a ajuda externa, reafirmando que é necessário ter como objetivo o de restituir ao povo haitiano a sua soberania, com o fim das ocupações militares estrangeiras.

Conclamamos os sindicatos filiados, ramos e CUTs estaduais a contribuírem com depósitos no Banco do Brasil, Agência 3324-3 conta corrente 956251-6 (SOS Sindical Haiti), encarregando-se a CUT nacional de fazer chegar às organizações sindicais com as quais mantém relação os donativos.

Propomos também a organização de brigadas de trabalhadores cutistas para ajudar na reconstrução do Haiti, em especial do movimento sindical haitiano. A CUT, além de assumir sua responsabilidade na ajuda direta ao movimento sindical haitiano, se declara disposta a participar de iniciativas unitárias, com outras centrais e movimentos populares, para reforçar a solidariedade aos trabalhadores e ao povo do Haiti neste momento difícil.